

## SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Manuela Araújo de Lima  
Adrian Thaís Cardoso Santos Gomes da Silva  
Evelen Raysa Alves de Lima  
Glicya Luciana Coutinho Damasceno  
Mirela da Silva Amorim  
Rayanne Mirella Xavier de Farias  
Fernanda da Mata Vasconcelos Silva  
Viviane Cristina Fonseca da Silva Jardim  
Francisca Márcia Pereira Linhares  
Tatiane Gomes Guedes (Orientadora)

**Introdução:** Apesar da existência de políticas públicas de saúde no contexto carcerário, historicamente, no Brasil, o Sistema Penitenciário não promove o cuidado que contemple às condições de saúde sofridas pela população que o integra. As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Aids, bem como o câncer cérvico-uterino e o câncer de mama, são problemas de saúde que atingem a população carcerária feminina. O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), instituído pela Portaria Ministerial nº 1777 de 2003, objetiva prover a atenção integral à saúde da população penitenciária brasileira, tendo com uma de suas metas a saúde da mulher, no que se refere à prevenção das IST/Aids, do câncer cérvico-uterino e do câncer de mama. Em consonância com tal Portaria, o Ministério da Saúde, elaborou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), em parceria com diversos setores da sociedade, em especial com o movimento de mulheres e com os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal política reflete o compromisso com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres no ambiente carcerário, ampliando ações para grupos historicamente excluídos nas suas especificidades e necessidades, como mulheres em privação de liberdade. A educação sexual é uma ferramenta útil na construção de um sistema de saúde democrático, pois possibilita ao cidadão o acesso a informações para à autoproteção. Para desenvolver efetivamente uma atenção integral, garantindo os princípios de cidadania, se faz necessário a promoção da saúde por meio de ações educativas. Na constituição do Brasil de 1988, o artigo 205 prevê que tal direito deve ser garantido pelo Estado e pela família. Nesse contexto, ações educativas vêm sendo desenvolvidas na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), por meio do Projeto de Extensão intitulado "Cuidando da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em privação de liberdade", do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que objetiva realizar ações educativas com enfoque na prevenção das IST/Aids, do câncer cérvico-uterino e do câncer de mama. **Objetivo:** Relatar a experiência da realização de ações educativas, na área da saúde sexual e reprodutiva, com enfoque na prevenção das IST/Aids, do câncer cérvico-uterino e do câncer de mama, para mulheres em privação de liberdade. **Metodologia:** A Educação em Saúde, estratégia empregada nas ações educativas, ocorre quinzenalmente na Escola Estadual Olga Benário Prestes, localizada nas dependências da CPFR. Em cada turma, composta de vinte alunas, duas abordagens distintas são realizadas: a prevenção das IST/Aids e a prevenção do câncer cérvico-

uterino e do câncer de mama. Para tanto, utiliza-se exposições dialogadas e dinâmicas em grupos, considerando o conhecimento prévio das participantes. As dinâmicas lúdicas, com o intuito de integrar as mulheres nas atividades realizadas, são seguidas por apresentações didáticas com uso de cartazes, de imagens reais, de peças anatômicas e de materiais para a demonstração da utilização eficaz dos métodos contraceptivos para a prevenção das IST/Aids, do câncer cérvico-uterino e do câncer de mama. Em cada ação educativa, as mulheres são incentivadas a relatar dúvidas a respeito do assunto abordado, visando o conhecimento compartilhado do processo educativo.

**Resultados e discussão:** As ações educativas realizadas mostram-se efetivas, considerando a integração das mulheres participantes durante as ações educativas e o *feedback* positivo para a mudança de comportamento. A socialização do conhecimento prévio das participantes, sobre o assunto abordado, é uma estratégia essencial para motivar o protagonismo das participantes no Processo Educativo realizado.

**Conclusões/considerações:** O projeto em questão, articulado para atender as demandas de educação em saúde de mulheres em privação de liberdade, no que se refere à prevenção de IST/Aids, do câncer cérvico-uterino e do câncer de mama, estimula o aumento de conhecimento e a mudança de comportamento, contribuindo com a saúde sexual e reprodutiva desse grupo específico. Percebe-se a importância da atuação da Enfermagem na promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em privação de liberdade, sendo a Educação em Saúde uma estratégia de baixo custo, que propicia o autocuidado no ambiente carcerário. É preciso, pois, mudanças no cenário prisional brasileiro, de forma a implementar as políticas públicas que visam a melhoria da qualidade de vida de pessoas privadas de liberdade.

**Palavras-chave:** Mulheres; Privação de Liberdade; Educação em Saúde; Saúde Sexual e Reprodutiva

### Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Portaria Interministerial Nº.210, de 16 de Janeiro de 2014. Brasília, DF, 2014

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cartilha do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_pnssp.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf)

MACHADO, MFAS; MONTEIRO, EMLM; QUEIROZ, DT; VIEIRA, NFC, BARROSO, MGT. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS - uma revisão conceitual. Cien Saude Colet; 2007.vol.12, n.20.